

**EDcl no RE nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.281.416 - RJ (2018/0092793-7)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
EMBARGANTE : VALSELHO TIRELLO DOS SANTOS
ADVOGADO : HÉRCULES CIPRIANI PESSINI - ES013798
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : VITOR MAINETTE DOS SANTOS
ADVOGADO : HÉRCULES CIPRIANI PESSINI - ES013798

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO A RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Nos termos do artigo 619 do Código de Processo Penal, é cabível a oposição de embargos de declaração quando houver, no julgamento, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, ou, então, retificar, quando constatado, eventual erro material.
2. O recurso aclaratório possui finalidade integrativa e, portanto, não se presta à reforma do entendimento aplicado ou ao re julgamento da causa, conforme pretende o embargante.
3. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por VALSELHO TIRELLO DOS SANTOS, contra decisão monocrática de negativa de seguimento ao Recurso Extraordinário, nos termos da seguinte ementa (fl. 740):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 339/STF. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.

Alega o embargante, às fls. 749/759, que a decisão embargada seria omissa porque não teria se manifestado sobre a fixação da pena-base muito acima do mínimo legal, questão que, na sua ótica, tem repercussão geral.

É o relatório.

Os embargos declaratórios não comportam acolhimento.

Nos termos do artigo 619 do Código de Processo Penal, é cabível a oposição de embargos de declaração quando houver, na decisão, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, ou, então, retificar, quando constatado, eventual

erro material do julgado.

Na hipótese, o julgamento embargado analisou a matéria, de forma suficiente, clara e coerente, pronunciando-se sobre os pontos que entendeu necessários para a solução da controvérsia, com aplicação de dois Temas (181 e 339) do Supremo Tribunal Federal que impedem a admissão da súplica e sua remessa à instância *ad quem*.

Ademais, o fato de a decisão ser contrária aos interesses do embargante, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele suscitados, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração. A mera insatisfação com o conteúdo do *decisum* não enseja embargos de declaração. A esse respeito:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. (I) OPOSIÇÃO DE DOIS EMBARGOS IDÊNTICOS. (II) REDISCUSSÃO DE MATÉRIA SUFICIENTEMENTE DECIDIDA. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE FLS. 1.969/1.970 NÃO CONHECIDOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE FLS. 1.967/1.968 REJEITADOS.

(...)

2. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos embargos declaratórios.

3. Embargos de declaração de fls. 1.969/1.970 não conhecidos. Embargos de declaração de fls. 1.967/1.968 rejeitados".

(EDcl no AgRg nos EDcl no RE nos EDcl no AgRg no AREsp 639.142/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe 30/08/2016)

Observa-se, por fim, que o embargante, na verdade, pretende a rediscussão da matéria já decidida, revelando mero inconformismo com o resultado do julgamento. Todavia, o recurso aclaratório possui finalidade integrativa e, portanto, não se presta à reforma do entendimento aplicado ou ao re julgamento da causa.

A propósito:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OMISSÃO INEXISTENTE. INCONFORMISMO COM A TESE ADOTADA. DETURPAÇÃO DA FUNÇÃO RECURSAL DOS DECLARATÓRIOS.

(...)

3. Com efeito, pretende a parte embargante a análise do acerto ou desacerto da decisão de admissibilidade do recurso extraordinário, sendo que, no presente caso, a questão foi decidida de maneira fundamentada e completa, mas não conforme objetivava a recorrente, uma vez que foi aplicado entendimento diverso.

4. Contudo, entendimento contrário ao interesse da parte não se confunde com omissão ou contradição, sendo inservível a oposição dos declaratórios para o fim único de reexame da matéria já decidida.

Embargos de declaração rejeitados".

(EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt nos EDcl no RMS 20.998/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL,

DJe 29/06/2018)

Ante o exposto, por não vislumbrar qualquer pecha na decisão embargada, **rejeito os embargos**.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

